



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

POLÍTICA SOCIAL E REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

CAROLAYNE GONCALVES DO NASCIMENTO¹

RESUMO

Este artigo refere-se aos resultados preliminares do plano de trabalho em andamento, intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência social e classe trabalhadora no Brasil”, que integra o projeto de pesquisa “Política social e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte”. O referido plano de trabalho busca identificar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, os impactos que a política de assistência social traz para a reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora no Brasil, bem como quais os conceitos e categorias presentes nas leituras analisadas acerca das políticas sociais e de assistência social.

Palavras - chave: Políticas sociais; política de assistência social; reprodução da força de trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT

This article refers to the preliminary results of the ongoing work plan, entitled “Social Policy and Reproduction of the Workforce: social assistance and the working class in Brazil”, which is part of the research project “Social Policy and Reproduction of the Workforce work in Rio Grande do Norte”. The aforementioned work plan seeks to identify, within Brazilian Social Service literature, the impacts that social assistance policy brings to the reproduction of the working class workforce in Brazil, as well as which concepts and categories are present in the readings analyzed about social and social assistance policies.

Keywords: Social politics; social assistance policy; reproduction of the workforce; Social Service.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1 INTRODUÇÃO

O referido artigo trata dos resultados do plano de trabalho intitulado como “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência social e classe trabalhadora no Brasil”, desenvolvido no período entre 01/09/2023 à 31/08/2024. Trata-se de estudo vinculado ao projeto de pesquisa “Política social e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte”, o qual compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos – GEPTED no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O referenciado plano de trabalho se justifica a partir de novos avanços da pesquisa, que constatou a importância de uma análise mais específica da política de assistência social e seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, com a finalidade de se direcionar a enfoques complementares de análise. Portanto, o problema de pesquisa que norteia o plano de trabalho é: de que forma as políticas de assistência social impactam nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Para tanto, tendo por base a revisão bibliográfica, se identificou os principais referenciais teóricos do Serviço Social que abordam a problemática em questão. Feita essa identificação, se buscou uma aproximação teórica acerca das concepções das políticas sociais, para posteriormente adentrar nos estudos específicos da política de assistência social.

A partir disso, se buscou apreender quais concepções e categorias analíticas se mostraram presentes no material estudado, e, nele, como se apresentava a vinculação da perspectiva da reprodução da força de trabalho. Na sequência, desenvolveu-se o processo de tabulação de dados, e a partir do qual possibilitou o processo de comparações sobre o material de estudo, identificando diferenças e semelhanças analíticas presentes no referencial teórico analisado.

Em relação aos objetivos da pesquisa, a princípio, definiu-se três, quais sejam: 1) Analisar os impactos da política de assistência social nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira; 2) Identificar e apreender, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, referências teóricas que abordam os impactos das políticas de assistência social na reprodução da força de trabalho; 3) Investigar o desenvolvimento da assistência social brasileira na quantidade de recursos financeiros e como estão sendo alocados. No entanto, devido ao prazo estipulado para o desenvolvimento da pesquisa e ao volume de material analisado, não se pode concluir todos os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

objetivos definidos inicialmente, sendo os mesmos reformulados no processo de construção da pesquisa, e sendo atingido apenas o segundo objetivo, até esse momento da pesquisa.

Destarte, sob orientação teórica e de formulação da pesquisa, a metodologia adotada consistiu em etapas de revisão e pesquisa bibliográficas. Dito isso, o artigo está estruturado a partir dos seguintes pontos: 1) método, no qual se aborda a descrição da metodologia adotada, materiais e dados analisados; 2) resultados e discussões, onde se apresentam os dados coletados, bem como as análises de comparação da leitura consultada, a partir da discussão das políticas sociais, com ênfase na política de assistência social e sua vinculação com a reprodução da força de trabalho; e 3) conclusão, que se propõe alguns destaques sobre os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa se processou, principalmente, por meio de revisões bibliográficas e pesquisas teóricas acerca do tema central do plano de trabalho, bem como reuniões de debates teóricos e encaminhamentos para pesquisa. Sobre o levantamento de dados, tal processo ocorreu por meio da identificação e triagem dos referenciais teóricos do Serviço Social que foram utilizados, leituras, fichamentos, identificação das categorias analíticas, tabulação e categorização dos dados.

O primeiro passo adotado foi a aproximação com o debate e o estudo sobre categorias e pressupostos metodológicos acerca da mediação entre Estado, sociedade e mercado, uma vez que tal análise se constitui como fio condutor da proposta central do plano de trabalho e do projeto de pesquisa. Para tanto, foi indicado para leitura e análise autores centrais do Serviço Social que discutem a temática, dentre eles: José Paulo Netto, em sua obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social (2009)” capítulo I e Vicente de Paula Faleiros, com base em sua produção “A Política Social do Estado Capitalista (2000)” capítulo IV.

Em seguida, ocorreu a triagem e indicação do material específico acerca da política de Assistência Social, com base nas principais referências do Serviço Social que debatem tal temática. As obras utilizadas foram, portanto: A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise (2010) da autora Aldaíza Sposati; Classes subalternas e assistência social (2006) de autoria da Maria Carmelita Yazbek; Assistência social na perspectiva



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

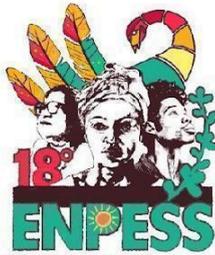
dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil (1996) da autora Potyara Pereira; Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza (2013) organizado pela autora Maria Ozanira Silva; Assistência social e trabalho no capitalismo (2016) da autora Ivanete Boschetti; O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? (2010) da autora Berenice Couto; O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade (2008) organizado pela autora Ana Elizabete Mota.

Ao todo foram lidos e analisados nove livros, citados anteriormente, que se destacam pela sua importância no debate sobre as políticas sociais e a política de assistência social dentro da literatura do Serviço Social brasileiro. A questão temporal (entre os anos 1980 aos anos 2000) das literaturas estudadas se pauta na percepção da consolidação das discussões acerca das políticas sociais dentro do Serviço Social nesse período, pois trata-se de uma datação histórica que marca o processo de reconceitualização da profissão, a partir do qual adota-se uma nova leitura em relação à análise das políticas sociais, apresentando uma releitura da sociedade e do Estado, com embasamentos teóricos mais aprofundados e críticos de viés da tradição marxista.

A partir do processo de triagem, leitura e análise dos livros mencionados, o objetivo que norteou a pesquisa consistiu na identificação e apreensão, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, acerca das referências teóricas que abordam os impactos das políticas de assistência social na reprodução da força de trabalho, bem como a percepção analítica de cada autor estudado, com a finalidade de apreender as diferentes abordagens de uma mesma temática. Os demais objetivos que inicialmente faziam parte da pesquisa foram postergados para um outro momento, pois o processo de triagem, leituras, análises e tabulação demandou mais tempo que o previsto. Isso implica dizer que a pesquisa está em andamento e o presente relatório contém o resultado de uma parte da mesma.

E uma vez desenvolvido o processo de triagem, leitura e análise dos materiais indicados, procedeu-se para a tabulação dos dados coletados. Para isso, se optou pela construção de uma tabela no Word, com a identificação da referência bibliográfica, citação direta, citação indireta e categorias observadas, para cada referência pesquisada. A importância dessa etapa se pauta na possibilidade de identificação de semelhanças e diferenças entre os autores estudados, assim como o apontamento de categorias analíticas em cada perspectiva presente nas obras analisadas.

Sobre os autores apontados, o que se pode observar em relação à leitura de cada um sobre as políticas sociais - e a política de Assistência Social - foram a predominância de três



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

abordagens centrais: 1) *Políticas sociais e de Assistência na garantia da reprodução da força de trabalho*; 2) *Políticas sociais e de Assistência na relação com o enfrentamento à pobreza*; e 3) *Políticas sociais e de Assistência como consequência da luta de classes, na relação entre estado, capital e movimentos sociais*. Apesar de, em uma mesma obra, se encontrar uma ou duas dessas abordagens, observa-se que, a mais presente entre a maioria dos autores é a perspectiva da luta de classes, uma vez que analisam o estado e a sociedade dentro ascensão capitalista, e apontam a luta de classes como central na dinâmica da sociabilidade regida sob o capitalismo monopolista.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

José Paulo Netto (2008) pontua na sua discussão sobre a organização do estado e implementação das políticas sociais no capitalismo, que a constituição do estado capitalista/monopolista surgiu para atender um objetivo primário, que seria “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (Netto, 2008, p. 20). Com base nessa análise, o referido autor observa que a maximização dos lucros pelo controle do mercado é eminentemente problemática, pois a própria dinâmica do capitalismo acaba gerando ciclos de crises por consequência, o capitalismo monopolista necessitou de intervenções extraeconômicas, e a partir dessa dinâmica surgiu, então, a refuncionalização e o redimensionamento do poder extraeconômico, o Estado.

Para Netto (2008) juntam-se Estado e capital, em múltiplas funções, com a finalidade única de garantir a hegemonia burguesa, conforme aponta Netto (2008, p. 26) “O Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise”. Tendo o estado como mediador de crises para a garantia da maximização do lucro do capital, urge a necessidade de controle social e enfrentamento da “questão social”, desse modo, e ainda de acordo com Netto (2008, p. 29) “é só a partir da concretização das possibilidades econômicas sociais e políticas segregadas na ordem monopólica que a ‘questão social’ se põe como alvo de políticas sociais”.

A resposta do Estado ao enfrentamento da “questão social” dentro do capitalismo ocorre por meio da criação e implementação das políticas sociais. Pensar as políticas sociais só é possível dentro do estado capitalista-monopolista, pois é por meio das mesmas que o Estado burguês-monopolista irá mediar as expressões da “questão social”, tendo como objetivo final a preservação e o controle da força de trabalho. Netto (2008) também ressalta que a formulação e implementação das políticas sociais, dentro do Estado burguês-monopolista, não surge somente



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como resposta do Estado às expressões da “questão social”, mas também como resultado dos processos de luta de classes, tendo como protagonistas centrais a classe trabalhadora versus burguesia, sendo o Estado o mediador dos conflitos de classes.

Sobre isso, Faleiros (2000) também afirma que as políticas sociais no estado capitalista devem ser entendidas decorrentes do movimento capitalista e dos movimentos sociais, na gênese da luta de classes. O referido autor observa que as políticas sociais apresentam divergências pois ao mesmo tempo em que garante minimamente o processo de reprodução social, por meio da luta de classes, também garante para o Estado capitalista um certo controle social.

Ainda de acordo com esse autor, a política social também realiza uma função ideológica, na medida em que empurra para o usuário a culpabilização da sua pobreza, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade, a função do aparelho ideológico é a reprodução das relações capitalistas, nesse sentido, o Estado capitalista é uma garantia de manutenção das condições gerais de (re) produção capitalista e sua acumulação. Conforme sinaliza Faleiros (2000):

As políticas sociais devem ser vistas de forma contraditória, pois realizam não só uma valorização do capital, mas interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho, como mercadoria especial, produtora de mais-valia e como sujeito de direitos no pacto da cidadania democrática capitalista (FALEIROS, 2000, p. 70).

Com base nos referidos autores, observa-se que a leitura do estado capitalista-monopolista, por parte deles, apresenta semelhanças, na medida em que ambos debatem que a instância estatal atua para a garantia da hegemonia do capital, seja por meio da implementação das políticas sociais ou do controle social. Com isso, o objetivo central sempre será a garantia da maximização dos lucros do capital. Um estado mediador de crises cíclicas, que realiza uma função ideológica e focaliza suas ações, é um estado que, de acordo com Netto (2008), garantirá os mínimos para o social e o máximo para o capital.

Fundamentando-se nessa perspectiva analítica acerca do Estado no capitalismo monopolista, constata-se que a política de Assistência Social se mostra para sociedade brasileira como uma resposta do Estado à expressão da “questão social” mais marcante no modo de produção capitalista, a pobreza. No tocante à discussão da política de assistência social, a partir das principais análises do Serviço Social, nota-se que os autores pesquisados possuem divergências e semelhanças em relação à finalidade da mesma.

Aldaíza Sposati em seu livro “Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma análise em questão” (2010), inicia seu debate afirmando que “as políticas sociais governamentais

são entendidas como um movimento de multi direcionamento resultante do confronto de interesses contraditórios” (Sposati, 2010, n.p.), sendo as mesmas criadas e formuladas para os trabalhadores identificados como pobres, carentes e desamparados. Bem como, analisa que as políticas sociais são espaços de luta e expansão de direitos para a classe trabalhadora, vistas também como forma de controle social, na tentativa de amenizar os conflitos gerados pelos movimentos organizados.

Essa autora observa a política de assistência social como uma forma de enfrentamento do estado à “questão social”, bem como na tentativa de realizar o controle social. Ou seja, Sposati entende as políticas sociais, em especial a política de assistência social, como forma de apaziguar os conflitos gerados pelos movimentos sociais na relação entre capital e trabalho, tendo no Estado o mediador direto de tais conflitos. Com isso, busca-se a finalidade do controle social para manter-se a hegemonia capitalista. Portanto, constata-se que nessa perspectiva analítica a autora faz uma relação direta entre política social, movimentos sociais e controle social.

Outra categoria verificada é a relação da política de assistência social no enfrentamento da pobreza, autores como Maria Carmelita Yazbek, em seu livro “classes subalternas e assistência social” (2006), apresenta na sua discussão que a sociedade civil e Estado resultam de relações sociais contraditórias e produzem instituições e políticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais e políticas da sociedade o Estado se mostra necessário para mediar a relação entre os subalternos e as políticas sociais, sinalizando que “a administração da desigualdade é a ótica da ação estatal” (Yazbek, 2006, p. 35). Nesse sentido, para os chamados subalternos, as políticas sociais se colocam como meio de acesso a recursos sociais, sendo assim, atendem as demandas básicas dos movimentos sociais, ressaltando que a pobreza é resultado direto das relações sociais vigentes na sociedade capitalista.

A referida autora afirma que a assistência social, historicamente, se mostra como campo dos excluídos, bem como, o serviço social está diretamente colocado na relação do estado com os setores excluídos e subalternizados da sociedade. Continua afirmando que as políticas sociais assumem o papel de atenuar, por meio de programas sociais, as diferenças entre classes, bem como os possíveis conflitos decorrentes desse processo de acumulação capitalista e pauperismo do trabalhador. A intervenção estatal no âmbito das políticas sociais configura-se como um meio de resposta para o enfrentamento da miséria e da pobreza que o modo de produção capitalista gera na população.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ainda de acordo com Yazbek (2006), a política de assistência social tem sido uma das estratégias acionadas pelo estado para enfrentar a “questão social”, também é vista como uma política para pobres e necessitados, que por condicionar o usuário a subordinação, acaba o culpabilizando pela sua pobreza. Assim, segundo essa autora, “enquanto mediação, a assistência, assim como as demais políticas sociais, se objetiva em um conjunto de programas e projetos que põem ao alcance da população empobrecida bens e serviços sociais” (Yazbek, 2006, p. 58), na visão da autora, a política de assistência social é vista como um meio de acesso aos bens e serviços para aquela população que historicamente é excluída do mercado de trabalho/sociedade.

Já Potyara Pereira, por meio de sua obra “A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil” (1996) também analisa as políticas sociais e a política de assistência social no viés do enfrentamento à pobreza. Segundo a referida autora a assistência social “deve atender a pobreza (problema estrutural e substantivo), mas o critério que rege sua ação é algo externo à pobreza, isto é, a disponibilidade de recursos (problema conjuntural e político)” (Pereira, 1996, p. 17). Sendo a assistência social como um meio de tirar o trabalhador dos trabalhos vis e salários degradantes, a autora entende tal política como necessária para o enfrentamento da pobreza, enxergando a mesma como distributiva, progressiva e universal, tornando-se mecanismo essencial para atender as necessidades humanas. De modo que ela afirma:

Com efeito, as assistência social capitalista é um fenômeno que está intimamente ligado à seguinte determinação: a inserção dos pobres e das classes populares na lógica de produção e de dominação capitalista, nem que seja como sub-empregados, pequenos contribuintes ou consumidores de recursos mínimos providos emergencialmente pelo estado e pela sociedade (Pereira, 1996, p. 46).

Também afirma que a assistência social resulta de contraditórios conflitos históricos de correlações de forças, entre a luta política que envolve capital, trabalho e estado. Outra questão abordada é a tendência de descentralização das políticas públicas, que gera mais poder à elite do que ao povo, pois tende-se a acentuar a desigualdade, ao invés de combatê-la. Com isso, essa autora destaca

No que tange à questão da pobreza, é ponto consensual que esta não pode ser enfrentada só com políticas emergenciais. Estas políticas podem ter a sua serventia, desde que estejam associadas a ações socioeconômicas que atuem nas causas da pobreza (renda, emprego, estrutura, fixação de preços, etc) (Pereira, 1996, p. 121).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, entende-se que a autora trata as políticas sociais como uma forma de enfrentamento à pobreza, sem debater de fato as suas raízes, que seria a lógica de funcionamento do próprio modo de produção capitalista. Nesse sentido, a mesma apresenta soluções para o problema dentro da própria ordem do capital, enfatizando mudanças governamentais e não estruturais e de base.

Ozanira Silva *et al* (2013) em seu livro “Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza”, inicia seu debate analisando as várias formas que a questão do fenômeno da pobreza é interpretada, sinaliza forte crítica às visões mais conservadoras de leitura da realidade, considerando conservador aquelas que apresentam a ausência do debate crítico acerca das relações socioeconômicas presentes no modo de produção capitalista.

Já sobre a política de assistência social, Silva *et al* (2013, p. 90), afirma que “a assistência social brasileira nasce identificada com a filantropia e caridade, entendidas como todo tipo de ajuda destinada aos pobres, definidos a partir do grau de carência e miserabilidade”. E continua: “Embora não constitua uma particularidade específica da assistência social, esta tem sido caracterizada como a ação direcionada aos trabalhadores com pouca relevância ou irrelevantes para o capital considerado os não cidadãos, os pobres”. Com isso, entende-se que esta obra observa a política de assistência social como uma política feita para os pobres, desprotegidos e subalternos, com a finalidade de enfrentamento desse fenômeno, uma vez que

A política de assistência social preconiza objetivos amplos que têm como horizonte o enfrentamento da pobreza e da desigualdade mediante a promoção da emancipação social, partindo de uma classificação de cunho retroativo que tem como parâmetro a privação extrema que preconiza o mínimo vital para a existência das famílias pobres (Silva *et al*, 2013, p. 95).

Na medida em que a autora aponta críticas a visões conservadoras de leitura da pobreza, ela também debate esse fenômeno a partir das relações socioeconômicas dentro do modo de produção capitalista, visto que aborda a questão da pobreza e da desigualdade social como fruto do desenvolvimento capitalista e do processo de acumulação desenfreada. A partir disso, entende-se que a referida obra analisa a pobreza em uma visão mais crítica, debatendo suas bases sociais e econômicas, entretanto, em relação às políticas sociais e de assistência, a leitura se dá a partir do enfrentamento da pobreza, apesar de reconhecer suas bases e raízes.

Outra categoria observada foi a relação da política de assistência social como forma de garantir a reprodução da força de trabalho, como na perspectiva analítica da autora Ivanete Boschetti, em seu livro “Assistência Social e trabalho no capitalismo” (2016), onde a mesma aborda as políticas sociais como resultado de relações contraditórias entre luta de classes, Estado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e desenvolvimento das forças produtivas para que se garanta a reprodução da força de trabalho e manutenção da acumulação capitalista. Tratando-se da política de assistência social, a referida autora afirma que a assistência social sempre terá uma relação direta com o trabalho, na medida em que é pensada para compensar a sua ausência. Conforme pontua (Boschetti, 2016, p. 108) “A assistência social, assim, contribui para manter o que Marx chamou de “reservatório inesgotável de força de trabalho” que, ao ser disponibilizada para o capital, constitui uma ampla base para exploração do capital”.

Nesse sentido, a política de assistência social, especialmente no cenário brasileiro, está para a garantia da reprodução da força de trabalho daqueles trabalhadores que compõem a chamada superpopulação relativa (desempregados/autônomos), com a finalidade de assegurar a continuidade do exército industrial de reserva e na tentativa de regulação dos salários. Portanto, uma política seletiva, focalizada e descentralizada, que não está para a população como forma de resolução da pobreza/desigualdade, na verdade, mostra-se como uma política que garante o que Netto (2008) afirma: um estado que garante o mínimo para o social e o máximo para o capital.

Já Berenice Rojas Couto, no seu livro “O direito social e a assistência social na sociedade brasileira, uma equação possível?” (2010) discute que os direitos sociais e as políticas sociais são formuladas para que se mantenha a acumulação e reprodução da força de trabalho, com a finalidade de legitimação do sistema capitalista bem como, um ambiente contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais ganham visibilidade no processo de luta de classes a conquista dos direitos sociais, por meio das políticas sociais, torna-se êxito para a classe trabalhadora (Couto 2010).

Por esse motivo, entende-se que a autora trata os direitos sociais e as políticas sociais como um jogo político marcado pelo enfrentamento entre capital - trabalho, tendo o estado como mediador desses conflitos, e apontando que o mesmo, pautado no neoliberalismo, irá atuar para que se garanta o mínimo para o social e o máximo para o capital, com a finalidade de garantir a reprodução da força de trabalho para que se mantenha a ordem vigente. Concomitante, sobre a política de assistência social no contexto de desenvolvimento sócio-político brasileiro, a autora também aponta que

embora a concepção da assistência social porte uma dimensão de “provisão social”, que tem por base a noção do direito social, a mesma é plasmada no contexto de uma sociedade que historicamente vinculou o campo dos direitos sociais à versão de compensação aqueles que, pelo trabalho, eram merecedores de ser atendidos socialmente (Couto, 2010, p. 167).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

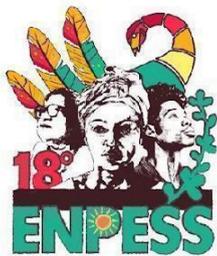
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O que se difere na análise da autora supracitada é a relação da política social e da assistência social com a garantia da reprodução da força de trabalho daqueles que estão inseridos no mercado de trabalho, pois a sua leitura de direitos sociais, dentro da realidade brasileira, vincula-se aos trabalhadores formais, ao passo que os trabalhadores informais são aqueles que historicamente se caracterizam como os desprovidos de direitos, mercedores da filantropia e caridade. De acordo com a referida autora, as políticas sociais só passam a ser direito de todos após a constituição federal de 1988.

A autora Ana Elizabete Mota, na coletânea “O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade” (2008) pontua que “na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o estado capitalista amplia o campo de ação da assistência social” (Mota *et al*, 2008, p. 14). Nesse sentido, a política de assistência social torna-se insuficiente na garantia da reprodução social dos seus usuários, pois não resolve de fato a questão da pobreza, apenas mitiga.

Portanto, a supracitada coletânea aborda “o mito da assistência social”, no qual, o primeiro mito seria uma política voltada ao trabalho para quem não está trabalhando (investe-se mais em programas de transferência de renda do que em emprego formal), o segundo é a sua função de destinar os usuários para retornar/ingressar no mercado de trabalho (por não ter acesso a outros bens e serviços, muitos não conseguem esse retorno/ingresso), e o terceiro é o alto investimento nessa política em específico, quando se comparado com as demais (a pobreza não se resolve apenas com um “acrécimo” na renda, é preciso que haja também investimento nas demais políticas sociais).

A partir das leituras pesquisadas e estudadas, pode-se perceber que, dentro do debate do Serviço Social acerca das políticas sociais e de assistência social, os autores citados, em sua maioria, entendem as mesmas como uma resposta do Estado capitalista ao enfrentamento da “questão social”, apesar de, em algumas obras, debater em certa medida o papel do Estado na sociedade de classes, a principal semelhança entre as obras se pauta nessa afirmativa. Tal leitura se processa a partir da abordagem de que as políticas sociais têm seu lastro constitutivo a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista. O que reforça a análise de Netto (2008) ao afirmar que é somente após a consolidação do capitalismo monopolista que a “questão social” passa a ser enfrentada através de políticas sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As diferenças identificadas se pautam no entendimento acerca da finalidade das políticas sociais. Como apontado na visão de cada autor, percebe-se a predominância das seguintes relações: 1) *políticas sociais e enfrentamento da pobreza*; 2) *políticas sociais e reprodução da força de trabalho*; 3) *políticas sociais como resultado da luta de classes, a partir da organização dos movimentos sociais*; e 4) *políticas sociais como forma de controle social*. Entretanto, o que foi observado é que uma ou mais categorias relacionam-se em uma mesma obra, e, ao mesmo tempo, se destaca na maioria das produções a caracterização da política social como resultado da luta de classes. Isso porque, ao pautarem-se seus estudos a partir do desenvolvimento capitalista, a dinâmica da luta de classes mostra-se inerente ao desdobramento da sociedade vigente.

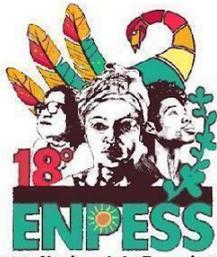
Logo, durante a análise, foram identificadas apenas três obras que se vinculam ao objetivo central da pesquisa, sendo elas: *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade* - Mota (2008), *Assistência social e trabalho no capitalismo* - Boschetti (2016) e *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* - Couto (2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar as devidas análises em relação às políticas sociais e, nelas, a de assistência social, a partir das principais referenciais do Serviço Social brasileiro, pode-se confirmar a tendência central dos autores em pautar suas observações baseando-se na consolidação do estado capitalista - monopolista, e alicerçado nisso, a necessidade de um estado interventor que garantirá meios para o combate da “questão social”.

Assim sendo, o estado no capitalismo monopolista utilizou-se das políticas sociais - e da política de assistência social - para garantir a hegemonia capitalista, pois no momento em que se utiliza desses meios para conceder direitos sociais a população, também garantem o controle social e a garantia da utilização da mão de obra da classe trabalhadora, sendo essa análise a mais comum entre todos os autores estudados. Na mesma direção, tem-se a compreensão de um estado mediador de conflitos de classes, gerado pela luta de classes, historicamente, presente entre trabalho *versus* capital.

O que se difere entre os autores são, neste caso, a finalidade das políticas sociais e de assistência social, sendo recorrente as categorias: movimentos sociais; controle social; combate à pobreza; e reprodução da força de trabalho. Sendo assim, constatou-se que dentro das literaturas analisadas apenas três obras realizam a vinculação da política de assistência social com a reprodução da força de trabalho - Motta (2010), Boschetti (2016) e Couto (2010) - demonstrando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que outras perspectivas também estão presentes na leitura das políticas sociais e da política de assistência social dentro das obras do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, a importância de se relacionar as políticas sociais - e a política de assistência social - com a reprodução da força de trabalho se pauta no compromisso profissional de realizar leituras da realidade que sejam críticas e propositivas, de viés marxistas. Pois conforme sinaliza Netto (2009) a pesquisa passa a ser um campo indispensável para o Serviço Social, garantindo a manutenção de um estatuto efetivamente universitário, onde a teoria histórico-dialética de Marx passa a influenciar os estudos e a pesquisa no Serviço Social, especialmente dentro da academia. Essa que traz consigo a visão e discussão concreta do objeto tal qual ele é, onde analisa de forma crítica o processo histórico, econômico e social da construção e consolidação do modo de produção capitalista, tornando-se essencial para o processo de formação profissional e aperfeiçoamento do fazer profissional.

REFERENCIAIS

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2016.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? - 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, V. P. A política social do estado capitalista. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabeth. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. Assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza. São Luís: EDUFMA, 2013.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 11. ED. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. 5ª. ed - São Paulo: Cortez, 2006.